

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – A NAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO CULTURAL E O PAPEL DAS REVISTAS LITERÁRIAS: NEGOCIAÇÕES MODERNISTAS DA CULTURA NACIONAL.....	19
CAPÍTULO 2 – <i>POETRY: A MAGAZINE OF VERSE</i> A REINVENÇÃO DA LENDA DA TRIBO, EDS. HARRIET MONROE, ALICE C. HENDERSON & EZRA POUND	39
CAPÍTULO 3 – <i>THE LITTLE REVIEW</i> A REVOLUÇÃO DA TRADIÇÃO, EDS. MARGARET ANDERSON, JANE HEAP & EZRA POUND	91
CAPÍTULO 4 – <i>ORPHEU E PORTUGAL FUTURISTA</i> A ACTUALIZAÇÃO DOS MITOS, EDS. FERNANDO PESSOA & ALMADA NEGREIROS	131
CONCLUSÃO.....	179
OBRAS CONSULTADAS	181

INTRODUÇÃO*

Num estudo recente acerca das pequenas revistas literárias que lançaram as bases daquilo que veio mais tarde a ser designado por modernismo, Sean Latham desafia-nos – leitores, estudiosos e críticos –,¹ a ler estas publicações “mais aventurosamente” (2011: 425). Com efeito, as revistas literárias exigem leituras mais desprendidas da ideia de narrativa, de ordem, de coerência temática, de autoria; mas, em troca, podem oferecer diversidade de perspectivas, de géneros e de vozes, assim como dinâmicas e relações inesperadas. A revista define-se pela comunidade e pelo diálogo, não pelo autor individual, e, como também vêm defendendo críticos como Andrew Thacker, estes periódicos breves (*little magazines*) deviam ser entendidos como “factores de significação” por si mesmos (2017: 75).

Desde cedo analisadas como barómetros das suas épocas, as revistas não têm, todavia, merecido atenção enquanto espaço cultural específico, com características únicas, na sua combinação de textos de géneros diversos, emoldurados pela visão das respectivas direcções ou dos conselhos de redacção, resultados de negociações a várias vozes, ao invés da autoridade individual tradicional. É tanto da organização dos números, de textos específicos do género – como os editoriais –, como da correspondência entre

* Por minha vontade, esta obra não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

¹ Não por indiferença, mas por uma questão prática, usa-se o masculino universal ao longo deste trabalho. Todavia, é um facto que, na época em estudo, as comunidades das revistas eram meios maioritariamente masculinos, sobretudo no panorama português; o estudo do caso norte-americano permitirá justamente identificar alternativas a esse modelo, ainda que não deixem de se assinalar tensões acerca do exercício de poder no seio das revistas.

quem dirige a revista e quem nela colabora que é possível perceber as motivações subjacentes às políticas de publicação, a selecção ou rejeição de determinados materiais, as negociações entre a direcção, o conselho de redacção e os autores. A revista é um projecto colaborativo e grande parte da sua identidade passa-se nos bastidores da correspondência e das reuniões de organização dos textos e materiais que formam cada número. Ler uma revista, mesmo que ela verse temas literários e artísticos, não é, portanto, a mesma coisa do que ler um livro.

Muitas destas publicações foram concebidas como laboratórios experimentais de atitudes e formulações artísticas com impacto social significativo. Fernando Pessoa, quando concebeu *Orpheu*, pretendia espantar os leitores burgueses e os poetas “lepidópteros”, ambos incapazes de produzir a renovação da cultura nacional, os mesmos cuja erradicação do solo nacional Almada Negreiros exigia, poucos anos depois, em *Portugal Futurista*. As revistas permitiam testar de uma forma mais calculada a reacção do público a moldes e visões vanguardistas, polémicos e provocatórios; funcionavam como montras de exibição, que expunham ideias, embora vários tenham sido os episódios em que o impacto fez ricochete e acabou por destruir a própria publicação, como foi o caso de *Portugal Futurista*. O escândalo não apagou porém o gesto e estas revistas foram de facto catapultas de expressões culturais que vieram a definir épocas e gerações – o momento de *Orpheu* é um desses casos, a nível nacional; a reunião das várias vanguardas literárias e artísticas de início do século XX sob a designação de modernismo é outro, num âmbito bem mais alargado.

De facto, em muitos destes projectos é difícil separar a revista do grupo; não faria sentido tentar deslindar quem veio primeiro, porque não teria havido a comunidade da revista sem o projecto e vice-versa. Apesar das individualidades fortes e distintas dos artistas que nelas participavam, o espaço da revista também era um espaço de debate, decisões e evolução conjunta, criando o sentimento da comunidade que ia definindo um mesmo projecto. Por isso, as revistas são espaços colectivos – Clara Rocha chamou-lhes “lugar[es] de afirmação colectiva” (1985: 20) –, nos quais nenhum autor e texto deve ser lido individualmente, mas sempre em diálogo com outros do mesmo número. Daí que a própria comunidade da revista possa ser encarada como um projecto específico, um grupo de intelectuais e artistas norteado

por uma ideia comum que a publicação visa concretizar, desenvolver e promover; por isso, Almada Negreiros e Pessoa falarão, já na década de 1930, de “nós, os de *Orpheu*” (Pessoa, 1980: 227) e Ezra Pound recordava, nas páginas de *Poetry: A Magazine of Verse*, que “uma renascença [cultural] é coisa feita – uma coisa feita por propaganda consciente”² (*Poetry*, 5.6, 1915: 283).³

As “pequenas revistas literárias”, se quisermos seguir a terminologia inglesa, devem, pois, o seu nome a aspectos formais, já que normalmente os números eram curtos, e também à tiragem, uma vez que se dirigiam a pequenas comunidades de criadores, ideólogos e leitores. Eram comuns as dificuldades de financiamento, que passava mais pelas doações de benfeitores do que pelo rendimento da venda dos números; a seu tempo, a publicidade comercial acabou por seduzir algumas delas para o mercado de massas e levantar dilemas à sua índole elitista (Scholes, 2007: 217). Eram publicações fragmentárias, descontínuas, incertas, apresentando materiais em relações provisórias (Bennet, 1989: 480); ou, como assinalou Malcolm Bradbury (s.d.), salientando o seu carácter de fénix, publicações “efémeras, episódicas, suspeitas, sofrendo constantemente mortes e renascimentos”. A heterogeneidade e também as dificuldades de acesso explicam porque é que os estudos deste campo têm sido escassos e, de uma forma geral, na sombra dos estudos literários, portanto, com ênfase ora no estudo de figuras individuais que vieram a atingir o reconhecimento no campo literário e nelas participaram, ora dos textos ali publicados por esses grandes autores. Porém, com a viragem cultural e a digitalização dos arquivos de revistas literárias (o *Modernist Journals Project*, das Universidades de Tulsa e Brown, iniciou o processo, em 1995), que agora permitem o acesso aos números que sobreviveram às pequenas tiragens, o campo sofreu um grande impulso e os estudiosos vêm reclamando a sua definição específica como estudos de periódicos modernos.⁴

² Todas as traduções são da minha responsabilidade.

³ Nas referências às revistas analisadas, a numeração corresponde ao volume e ao número, ou seja, neste caso, 5.6 refere-se ao volume 5, número 6.

⁴ Em Portugal, a cartografia deste tipo de publicações foi iniciada por dois estudos, na década de 1980, de Clara Rocha (1985) e Daniel Pires (1986), o primeiro, um estudo mais alargado e o segundo, um dicionário. No contexto anglo-saxónico, sobressai o projecto

O presente trabalho insere-se neste campo, ao propor-se analisar as revistas como um subgénero específico, com uma dinâmica própria e que exige uma metodologia e perspectiva crítica diferentes da meramente literária. Afinal, o que define a revista, ao contrário do texto acabado, é o seu carácter provisório e colectivo, de debate, experiência e teste de ideias e formas que só mais tarde poderiam ganhar corpo no livro ou na exposição, por exemplo. As revistas são espaços de fronteira: elas participam activamente na esfera pública, através da circulação e pelo impacto que têm no público: veja-se o escândalo provocado por *Orpheu* e a censura que apreende *Portugal Futurista* antes da saída do primeiro e único número; a mesma censura que, nos Estados Unidos da América (EUA), retém a remessa de *The Little Review* por quatro vezes, nos Correios Centrais, mas nunca toca em *Poetry: A Magazine of Verse*, pioneira do modernismo norte-americano, que opta, em várias ocasiões, por alinhar de forma bastante clara com o discurso nacionalista pedagógico. Mas, por outro lado, todas estas “pequenas” revistas são uma espécie de bastidores da cultura, envolvidas, neste caso, nessa “grande conversa que veio a ser o modernismo” (Churchill e McKible, 2007: 7).

O contexto da emergência das revistas aqui em estudo determinou o foco num tema específico, que é a construção da identidade nacional. Com a aproximação e eclosão da Primeira Grande Guerra, os projectos e as discussões estéticas e culturais são, dir-se-ia inevitavelmente, entrecortados pelo interesse e a apreensão crítica do impacto que as grandes disputas e rivalidades internacionais têm na realidade nacional. O mesmo contexto explica que os projectos culturais em análise tomem forma a partir de dois

organizado pela equipa liderada por Peter Brooker e Andrew Thacker: *The Oxford Critical and Cultural History of Modernist Magazines*, constituído por três volumes, o primeiro dedicado às revistas britânicas e irlandesas (2009); o segundo, às norte-americanas (2012); e o terceiro, às europeias, que inclui um estudo do caso português, assinado por Clara Rocha (2013). Em matéria de arquivos digitais, além do já referido, são também de referência o ProQuest Archive, que agrupa revistas britânicas, e o Spectator Project, este da Universidade de Rutgers. Mais recentemente, as revistas portuguesas foram também elas objecto de divulgação digital através de um projecto liderado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que permite o acesso às revistas que deram origem ao modernismo português “Modernismo: Arquivo Virtual da Geração de *Orpheu*”. Consultado a 22.08.2020, em <https://modernismo.pt/index.php/orpheu>.

espaços soberanos numa encruzilhada fundamental: enquanto, nos EUA, se procurava enterrar as memórias do passado colonial, consolidando uma posição de proeminência internacional, Portugal vivia, ao contrário, não só a agonia do império, como a humilhação de um estatuto de semicolónia da Grã-Bretanha. São duas nações em percurso inverso na balança de poder mundial, duas margens cuja relação com a Grã-Bretanha, ainda centro de autoridade, aproxima, como as aproxima também a necessidade de afirmação num plano internacional em mudança. Na recriação de cada uma destas individualidades nacionais através da revisão das ideias de identidade nacional, deparamos, na verdade, com gestos bastante próximos de dinamização de uma cultura que se percebe ora como ausente do panorama internacional, ora como desactualizada em relação ao que se vai concebendo como o moderno. De ambos os lados, as alternativas são entre reler e preencher de novo a tradição nacional, ou, pelo contrário, capitalizar na própria ausência de uma cultura como possibilidade de criação. Em todo o caso, a nacionalidade é sempre o centro dos projectos; como afirmava Almada Negreiros, referindo-se ao projecto da revista *Orpheu*: “[o]ra o que queriam os colaboradores de *Orpheu* era que houvesse Portugal e também portugueses. Portugueses sobretudo, visto que Portugal já há” (1992: 61). Pois se o território era uma realidade,urgia inventar a consciência da particularidade nacional que faltava, tal como, nos EUA, se acusava a inexistência de uma componente cultural que complementasse o crescente e imparável crescimento económico da nação, bem como a sua influência política. Daí que se note, tanto entre os intelectuais e artistas norte-americanos, como entre os portugueses, uma certa distância em relação à autoridade da tradição ocidental. É, portanto, na semelhança desse gesto que radica a intenção de demonstrar que as identidades modernistas norte-americana e portuguesa se constroem no próprio espaço da distância e no movimento, sem fixação, e, em certos aspectos, procurando apoio em argumentos pós-coloniais. Por isso, o contributo da arte para a definição e o preenchimento da identidade nacional e vice-versa emergem como questão fulcral nos debates em aberto nas páginas destas revistas.

Em simultâneo, porém, a maior facilidade de circulação e comunicação internacional, a atenção às várias vanguardas e os contactos com grupos internacionais afins testavam as ligações dos escritores e intelectuais às

fronteiras e referências nacionais. Esta dualidade, e o facto de as revistas se assumirem como lugares contracorrente e de renovação da cultura nacional, permite vê-las como um espaço performativo da nacionalidade, ou seja, um espaço onde se ensaiavam novos discursos sobre a nação que se desviavam da pedagogia da narrativa dominante. Seguindo essa perspectiva ambígua entre o nacionalismo e o cosmopolitismo, este trabalho tomará o conceito de nação não apenas no seu sentido separatista e essencialista, mas como uma categoria discursiva necessariamente relacional (Jameson, 1995: 289-290). Pois embora a nação estabeleça desde logo a localização do discurso entre os seus limites físicos e a sua história, não deixa por isso de permitir interrogar as representações estabelecidas, seja a homogeneidade da cultura e identidade nacionais, seja a imutabilidade da tradição, por exemplo. Como a análise se propõe evidenciar, os discursos das revistas procuram uma síntese entre o nacionalismo e o cosmopolitismo (Ribeiro e Ramalho, 2001: 414), insatisfeitos com a estreiteza do provincianismo nacionalista, por um lado, mas incapazes de soltar completamente as amarras da cultura nacional, por outro.

Por sua vez, o método comparativo aqui proposto, que analisa várias revistas literárias que são parte da mesma constelação do modernismo, permite aplicar uma metodologia identificada por Andrew Thacker como o “campo do periódico”, que consiste na análise em paralelo de revistas que partilham determinadas características noutros contextos nacionais. No entender de Thacker (2017: 80), esta análise tem a vantagem de demonstrar como as várias publicações partilham de diálogos transnacionais, para além da sua localização específica. O estudo comparativo também permite observar, na organização das próprias comunidades intelectuais das revistas e nas relações que se estabeleciam entre os seus membros, vários modelos de comunidade e diversos discursos de nação. Neste aspecto, é importante salientar que as revistas norte-americanas permitem também comparar modelos de direcção, concretamente direcções exclusivamente masculinas (nas revistas portuguesas) com direcções femininas, ou mistas (nas norte-americanas), assim como políticas de revistas que efectivamente publicavam material de artistas e escritoras mulheres, ao contrário do que acontecia em casos muito mais exclusivistas, como *Orpheu e Portugal Futurista*. De forma metafórica, as revistas – comunidades e projectos –, são

microcosmos das visões de nação que nelas se vão esboçando e discutindo (Canelo, 2018).

Limitando este estudo ao período entre 1912 e 1918, proponho-me, pois, tratar *Poetry: A Magazine of Verse*⁵ (1912-), dirigida por Harriet Monroe e Alice Corbin Henderson, com Ezra Pound como correspondente estrangeiro; *The Little Review* (1914-1929), dirigida por Margaret Anderson e Jane Heap, com Ezra Pound como director estrangeiro (a partir de 1917); *Orpheu* (1915), que tem em Fernando Pessoa o principal inspirador e o director do segundo número, de parceria com Mário de Sá-Carneiro; e *Portugal Futurista* (1917), onde pontifica a figura de José de Almada Negreiros. O primeiro capítulo apresenta a moldura teórica e contextual deste estudo, abordando as relações entre o modernismo, enquanto movimento estético e cultural, com os discursos do nacionalismo, o transnacionalismo e o imperialismo, com ênfase na narrativa da nação e no conceito de identidade nacional; como suporte teórico, serão particularmente úteis as teorias de Benedict Anderson (1983), Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1993) e Homi Bhabha (1990; 1994). E uma vez que os projectos das revistas também se baseiam em comunidades imaginadas, essas teorias serão associadas aos principais argumentos do campo dos estudos de periódicos modernos, pelo que se procederá à definição mais concreta deste campo, com base nos estudos de David Bennett (1989), George Borstein (1991), Edward Bishop (1996), Sean Latham e Robert Scholes (2006), Suzanne Churchill e Adam McKible (2007) e Andrew Thacker (2017). Nos capítulos subsequentes, serão tratadas as várias revistas, em função das políticas literárias e culturais dos intelectuais que as dirigiram, com recurso ora aos materiais ali publicados, ora a textos da correspondência pessoal.

⁵ Doravante referida apenas por *Poetry*.

